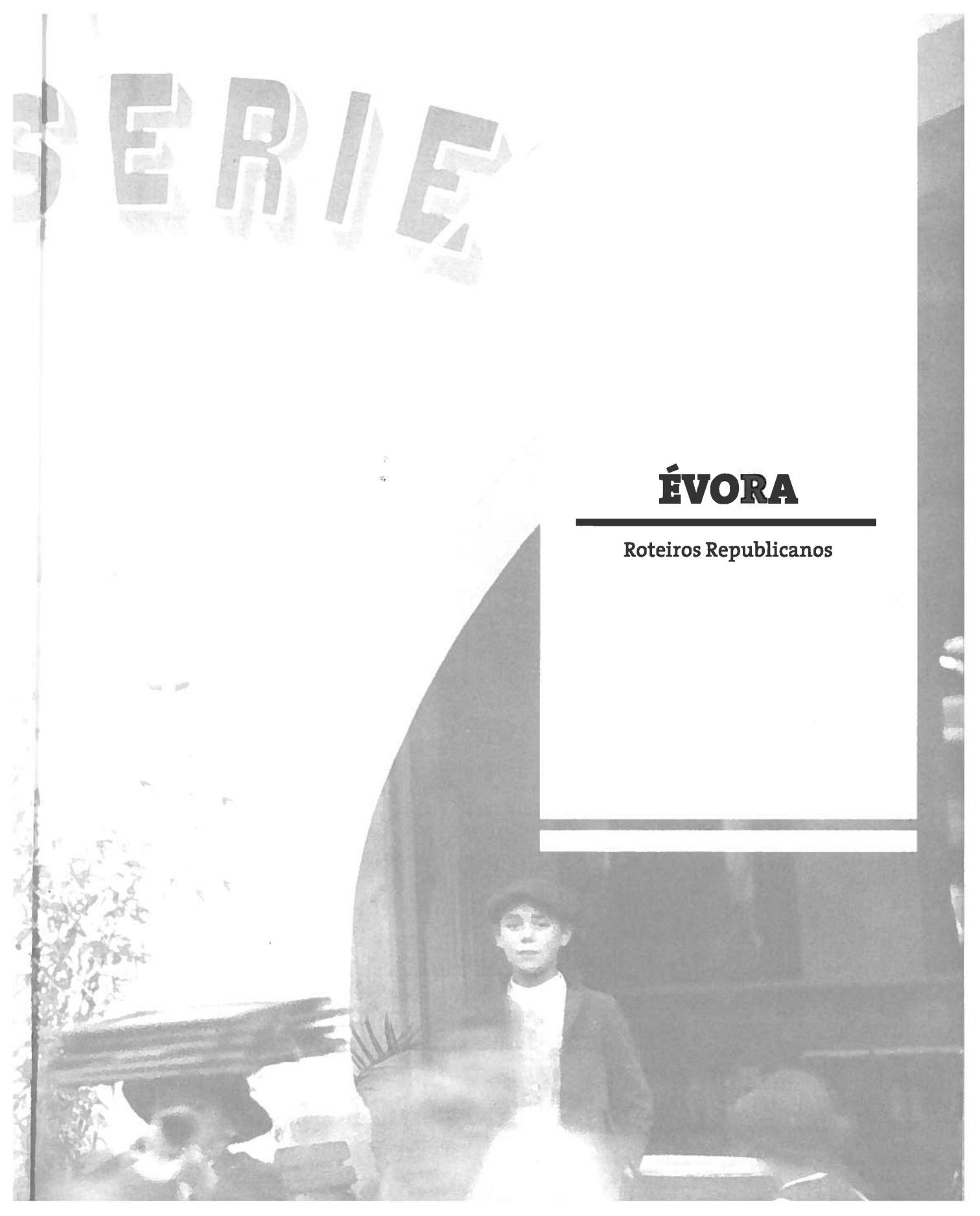


SERIE

ÉVORA

Roteiros Republicanos



INTRODUÇÃO	7
A implantação, a consagração e a comemoração da República em Évora	7
A ALTERAÇÃO DA TOPONÍMIA COMO FORMA DE CELEBRAR A REPÚBLICA	15
ALTERAÇÕES DO ESPAÇO URBANO E DA VIVÊNCIA NA CIDADE DURANTE A I REPÚBLICA	31
A expansão urbana	31
A arquitectura e a renovação urbana	34
Os melhoramentos infra-estruturais	48
O PATRIMÓNIO NA “CIDADE MUSEU”	59
A defesa do património e o surgimento do Grupo Pró-Évora	59
Museu e património artístico	64
A criação do Grupo Pró-Évora e a sua acção em prol da defesa do património	70
A arte pública na cidade	72
VIAJANTES E TURISTAS NA CIDADE DE ÉVORA	83
A emergência do turismo, os guias de viagem de Évora e as visitas à cidade	83
Évora e o congresso de turismo de 1911	99
CRONOLOGIA	111
BIBLIOGRAFIA	115
NOTAS	120

INTRODUÇÃO

A IMPLANTAÇÃO, A CONSAGRAÇÃO E A COMEMORAÇÃO DA REPÚBLICA EM ÉVORA

A notícia de que tinha havido um levantamento republicano em Lisboa chegou a Évora transmitida como um problema já quase sanado. O *Notícias de Évora* de 5 de Outubro de 1910 informava que o governador civil substituto tinha autorizado o jornal a transmitir o conteúdo de um telegrama recebido por ele no dia anterior, pelas 5h, comunicando que houvera uma insurreição em Lisboa pelas 12h e 20mn, mas que esta estava quase completamente debelada. Os factos vieram, porém, contrariar as notícias. Poucas horas depois da publicação do jornal, a cidade era avassalada por um pequeno folheto da Comissão Municipal Republicana de Évora, dirigido genericamente *Ao Povo*, confirmando, sem possibilidade de dúvida, a proclamação da República Portuguesa e recomendando, “neste momento de extremada effervescencia que surge uma nova era para o nosso paiz, que a população eborense mantivesse a máxima calma” e não permitisse qualquer alteração da ordem pública caso houvesse alguma tentativa de provocá-la.

Dias depois, o mesmo *Notícias de Évora*, que em termos de tendências políticas passara de regenerador-liberal a neutral, relatava com detalhes saborosos as circunstâncias da chegada da notícia da implantação da República a Évora:

“A notícia da implantação da republica chegou a Évora por volta das 11 horas da manhã de quinta feira. Os empregados telegrapho-postaes desta cidade deixaram o serviço a essa hora e, correndo à desfilada pelas Ruas, não se podiam conter que não fossem soltando vivas à republica, vivas que, se a uns deixava incrédulos ou indifferentes, a muitos assustava como coisa inesperada e a outros servia de aviso para expandirem delirantemente o seu entusiasmo. [...] Graças aos conselhos asisados dos elementos mais conhecidos entre os adeptos da republica, as manifestações foram sempre decorrendo entre o maior entusiasmo e [...] ordeiramente”¹.



A Voz Pública. Suplemento, 7 de Outubro de 1910. Biblioteca Pública de Évora.

A 7 de Outubro, chegou aos Paços do Concelho, pelas 13h, acompanhado por um grupo de populares, o recém-empossado governador civil do distrito de Évora, Estêvão da Cunha Pimentel, com o encargo de nomear, em nome do Governo Provisório da República, a comissão administrativa do município de Évora. Esta era constituída por Júlio do Patrocínio Martins, Manuel Gomes Fradinho, Felício Caeiro, Joaquim António Simões, António dos Santos Cartaxo, José Celestino Rebolado Formosinho, Francisco Maria Nunes, Francisco de Almeida Teles do Vale e João José de Oliveira. Júlio do Patrocínio Martins era o novo presidente da Câmara Municipal. A cerimónia de transição parece ter sido pacífica, contando inclusivamente com a presença de dois representantes da vereação anterior, nomeadamente o vice-presidente José Estêvão Cordovil e o vereador Carlos Serra, que felicitaram e cumprimentaram a nova governação municipal.

O recém-nomeado presidente expôs, no acto solene de tomada de posse, as orientações que pretendia dar ao município: *“lealdade às instituições republicanas que simbolizam a Patria reunida, trabalhando adentro d’ellas pela felicidade do municipio com moralidade, progresso, economia e justiça”*. Depois, já na primeira sessão ordinária, voltou a sublinhar os seus objectivos, destacando que

“[...] a vereação ao tomar conta do municipio, não tem intenção de represalias pessoaes, mas tão só servir o Municipio e a Republica [...] está sempre prompta a receber reclamações justas trabalhando no melhor modo de as regular a bem do Municipio e da Patria [...] confia nos empregados, certa de que todos saberão cumprir com os deveres a seu cargo [...]”².

A sessão terminou com o novo presidente da Câmara a convidar o povo presente a retirar os retratos dos reis que estavam colocados nas paredes do Salão Nobre dos Paços do Concelho. A acta da sessão registou que o povo o fez com a piedade e o respeito pelos vencidos que tinha demonstrado durante os dias da revolução.

A 8 de Outubro, iniciaram-se os festejos da proclamação da República na Assembleia Constituinte, destacando-se a participação da Comissão dos Empregados do Correio e das juntas de paróquia da cidade, que os terão encetado em Évora. Na ainda Praça de D. Pedro IV, o grupo de Artilharia da Montanha disparou uma salva e a Banda



de Infantaria 4 tocou no Quartel-General. Na Câmara Municipal, o vice-presidente, Manuel Gomes Fradinho, declarou que estava terminado o período revolucionário do 5 de Outubro e a República consolidada. Depois da intervenção de outros vereadores e cidadãos, como o professor de liceu Benjamim Vasques de Mesquita, as bandas de Infantaria e da Casa Pia, juntamente com os elementos da vereação presentes, dirigiram-se para o Quartel-General para cumprimentar o seu comandante.

Em seguida, os vereadores acompanharam a Banda da Casa Pia até ao seu edifício, gritando vivas à República e à pátria durante o trajecto. De resto, parece ter havido a necessidade de manter uma ligação permanente entre o poder civil e os militares, com os oficiais a discursarem espontaneamente das janelas dos quartéis e as bandas do Exército a tocarem nas principais artérias da cidade, como a Praça do Giraldo. Os festejos culminaram com uma marcha formada pelo vice-presidente da Câmara, por alguns vereadores e pela Banda do Grupo dos Amadores de Música que, saindo da Praça do Sertório pelas 9h, percorreu as ruas da cidade gritando novamente vivas à República e à pátria, tocando *A Portuguesa* e *a Maria da Fonte*, e cumprimentando os quartéis militares. Das janelas do Quartel-General, o comandante da divisão falou ao povo e ao Exército, congratulando-se por os ver ali reunidos, compartilhando a alegria e a satisfação pelo bem da pátria e da República.

Apenas falhou a iluminação eléctrica dos edifícios da Agência do Banco de Portugal e da Sociedade Harmonia Eborense (antigo Paço dos Estaus), na Praça do Giraldo, por a Companhia Eborense de Electricidade não ter conseguido fornecer energia suficiente para esse efeito.

Entre os festejos iniciais de celebração do novo regime em Évora destacou-se o acto de entrega da bandeira. A cerimónia eborense integrava-se na dinâmica das celebrações e comemorações patrióticas, políticas e cívicas usadas pelos republicanos como mecanismo de legitimação do novo regime junto da população. O Governo da República tinha acabado de aprovar o projecto da nova bandeira nacional, estabelecendo de seguida o dia 1 de Dezembro como o Dia da Festa da Bandeira. O caso eborense ganha especial relevância por via dos respectivos participantes.

Numa das actas da comissão administrativa ficou registada a entrada de um ofício mediante o qual um grupo de senhoras pedia

para fazer oferta à Câmara de uma bandeira nacional, “*em signal do seu regozijo pela implantação da republica portugueza*”. A Câmara deliberou aceitar, agradecer, e convocar uma sessão solene para o dia da entrega³. Foi a primeira festa cívica da jovem República na qual Évora se empenhou em participar e fê-lo, precisamente, dando protagonismo ao elemento feminino.

Pelas 8 horas da noite de 30 de Novembro realizou-se então uma sessão solene nos Paços do Concelho, com a finalidade de se “*receber solenemente*”, das mãos de “*um grupo de gentis meninas*”, a oferta que se propunham fazer da “*Bandeira Nacional*”.

No desenvolvimento da cerimónia, Judith de Andrade leu uma mensagem alusiva à bandeira como “*símbolo da Pátria rehabilitada e sagrada pelo sangue dos heroes de 5 de Outubro*”. Na mesma acta da Câmara ficou inscrito o nome das “*meninas*” que participavam na cerimónia:

- Judith d’Andrade
- Eugénia Carvalho Marquez
- Maria José F. da Silva Antunes
- Clotilde Ortiz Carreira
- Maria Pires Chaveiro Calhau Júnior
- Ana Laura Chaveiro Calhau
- Cristina Eulália Chaveiro Calhau
- Adelina da Conceição Nobre e/ou Ester Andrade
- Teresa Camps Piteira
- Olímpia de Carvalho Marquez
- Encarnação Carvalho Marquez

Ficou ainda registado que o presidente da Câmara agradeceu com “*arreatado discurso em que enalteceu o maior respeito que todos devemos a esse symbolo, a cuja sombra acaba de surgir uma Pátria nova*”. A acta prossegue testemunhando que ainda discursou a “*menina D. Anna Laura Chaveiro Calhau, fazendo apologia do ideal republicano*”.

Após o discurso de Ana Laura Chaveiro Calhau, o presidente da Câmara reiterou os agradecimentos do Município pela dádiva e referiu-se à “*instrucção e respeito que se faz mister dar à mulher, levantando-a da decadência e do lugar inferior em que tem sido collocada, pois que d’ella depende o raiar d’uma sociedade cheia de*

amor, de igualdade e fraternidade". A intervenção do dirigente municipal findou com a "*leitura [...] d'um soneto adequado a este assumpto e que um cavalheiro amante d'esta cidade lhe enviou*"⁴.

Embora os discursos femininos não tivessem ficado transcritos na acta da sessão, o jornal o *Carbonário* perpetuou as palavras destas eborenses, resgatadas à obscuridade pela forma veemente como proclamaram o seu apoio à causa republicana. Segue-se o aparte inicial da intervenção de Ana Calhau:

"Cidadãos vereadores:

Quando todo o paiz em plena posse do seu mais querido e desejado ideal se estremece na mais intensa e triunphante alaria, impossível se torna, que nós, mulheres republicanas, nos conservemos indifferentes ao regosijo pátrio, opprimindo severa, injusta e cruelmente as nossas almas, não deixando transparecer d'ellas o jubilo de que estão possuídas"⁵.

Tal como a Festa da Bandeira, as Festas da Árvore, manifestações associadas ao culto da árvore, estão directamente ligadas à República e aos seus ideais, talvez pelo carácter cívico-pedagógico destas festividades e por toda a acção em prol da defesa e reposição da floresta. No entanto, a primeira Festa da Árvore realizou-se ainda durante a Monarquia. Em 1907, a Liga Nacional de Instrução, que tinha sido criada com o objectivo de promover a instrução nacional, principalmente o ensino primário popular, tomou a iniciativa de realizar as primeiras Festas da Árvore, a 26 de Maio de 1907 no Seixal e a 19 de Dezembro na capital, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa. Tanto num caso como no outro, as festividades mobilizaram os estudantes das principais escolas e várias celebrações concelhias. Atendendo ao interesse cívico e educativo que podia ter a Festa da Árvore, em 1908, a Direcção-Geral de Instrução decidiu generalizá-la a todas as escolas do país. Até 1912, essas festividades foram apoiadas e dinamizadas pela Liga Nacional de Instrução, de que era presidente Bernardino Machado. A partir dessa altura, o jornal *O Século Agrícola* assumiu um papel activo na realização destas festividades e lançou uma campanha de propaganda à escala nacional.

Em Évora, a primeira Festa da Árvore realizou-se a 7 de Fevereiro de 1911, por iniciativa da Escola Bartolomeu Dias. Nesse dia "as

escolas dirigiram-se ao largo d'Aviz onde foram plantadas (...) tres arvores (...)”.

As Festas da Árvore eram as manifestações lúdicas de um movimento cultural e cívico que tinha como objectivo último a defesa da floresta e o incentivo à plantação de novas árvores. A concretização desse objectivo exigia o envolvimento dos professores das diferentes escolas, mas o interesse da iniciativa para a defesa da floresta e da agricultura determinou que a promoção das Festas da

Festa da Árvore, 1911.
José António Barbosa.
Arquivo Fotográfico - CME.



Árvore contasse também com o apoio de prestigiados agricultores e técnicos agronómicos e florestais. Igualmente com o objectivo de incentivar este movimento criou-se a Associação Protectora da Árvore, formalmente constituída em 1914, com vista à “*propagação, defesa e culto da árvore*”, que editou diverso material de propaganda, como brochuras e postais, e assumiu posições públicas sobre o regime florestal do país e a necessidade da sua arborização.

Os graves problemas económicos que foram desencadeados com o eclodir da I Grande Guerra Mundial remeteram para um lugar secundário a Festa da Árvore, que, à parte algumas iniciativas dispersas, nunca mais voltou a ter a mesma importância.

Festa da Árvore, 1911.
José António Barbosa.
Arquivo Fotográfico - CME.

